ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

ACTA

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2012

Aos trinta do ano de dois mil e onze, reuniu, em sessão ordinária, nos termos do previsto no n.º1 do artigo 49º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na versão dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e no n.º 1 do artigo 24º do respectivo Regimento, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Ponta Delgada, a Assembleia Municipal de Ponta Delgada sob a Presidência do Senhor Dionísio Pereira Leite, José Carlos Simas Raposo, secretariado pelo Primeiro Secretário, José Carlos Simas Raposo e pela Senhora Maria José Botelho Viveiros da Silva Lemos Duarte, como Segunda Secretária, para cumprimento da ordem de trabalhos constante da convocatória de 16 de Abril de 2012.

De acordo com o estabelecido nos números 1 e 3 do artigo 48º da citada Lei n.º 169/99, encontravam-se presentes a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Berta Cabral, o Senhor Vice-Presidente José Manuel Bolieiro e os Senhores Vereadores Alberto Leça, Luísa Magalhães, José Manuel Medeiros, José Andrade, José Carlos San-Bento.

O Presidente da Mesa declarou aberta a reunião pelas catorze horas e quinze minutos, e aproveitou para cumprimentar todos os presentes.

Em seguida, procedeu à chamada, tendo respondido os seguintes Senhores Vogais:

Maria da Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano, Rui Manuel de Oliveira Raposo, em substituição de Luís Maurício Mendonça Santos, Maria da Conceição Monteiro, Cândida Maria da Costa Benevides, Jorge Manuel de Almada Macedo, Ricardo Manuel Viveiros Cabral, Robert da Câmara, Isabel Maria D. A. Rodrigues, Lucília Valadão em substituição de Maria da Conceição

C.P.V. Arruda, Maria de Fátima Silva em substituição de Ricardo Nuno Amaral Duarte Pacheco, Sónia Cristina Franco Nicolau, Marco António Moniz Silva, Maria de Fátima Costa Soares Dias, José Carlos Simas Raposo, Manuel Fernando Oliveira Campos, Pedro Miguel Medina R. Raposo, Sara Cristina Brum de Medeiros, Cláudio Borges Almeida, Vera Lúcia Pinheiro Pires, Maria Luísa de Medeiros Bairos, Sérgio Paulo Ávila Marques, André Filipe Matos de Carvalho e Maria Helena Tavares Chaves Costa.

E os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia:

Arrifes: Eusébio, Capelas: André Manuel Pereira de Viveiros, Covoada: Maria do Rosário Aragão, Fajã de Baixo: Hermínio José de Leite Miranda, em substituição de Paulo Vasco F. Medeiros, Fajã de Cima: José do Rego Furtado, Fenais da Luz: João José Medeiros, Feteiras: João Manuel Raposo Barbosa, Ginetes: João Paulo A. Medeiros, Livramento: Manuel António Botelho Soares, Mosteiros: Paulo Jorge F. Almeida, São Sebastião: Fátima Fernanda da Silva Moreira, Relva: José Costa Melo, Remédios: André Filipe Machado Correia, Santa Bárbara: João Carlos Arruda, Santo António: Domingos Vasconcelos, São José: Jorge Miguel Amaral Oliveira em substituição de José Francisco Garcia Mota, São Pedro: Francisco José Guedes, São Roque: Gilberto Araújo Rodrigues, São Vicente: Eduardo M. O. Cabral, Sete Cidades: Manuel Arsénio Cacilhas Roque, Pilar da Bretanha: José M. Carvalho, Santa Clara: Ricardo Jorge Raposo Leite.

Não compareceu à reunião o Senhor Deputado José Luís Pimentel Amaral e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Candelária – Roberto C. Amaral - que apresentaram justificação.

E o Senhor Deputado Paulo Hugo Falcão P. Viveiros e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ajuda da Bretanha: Bruno A. M. Correia, que não apresentaram justificação.

Contadas as presenças e por haver *quórum*, nos termos do disposto no Regimento da Assembleia Municipal de Ponta Delgada, prosseguiram os trabalhos.

Após, procedeu-se à votação e aprovação da acta.

O Senhor Presidente da Mesa fez uso da palavra para elencar os pontos que foram corrigidos na acta anterior, após leitura por parte dos Senhores Deputados e que constarão de adenda à acta de Dezembro de 2011.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para referir que as actas continuam a emitir questões e respostas que são consideradas incómodas para a Senhora Presidente da Câmara ou para o cidadão que possa querer consultar as actas, neste sentido concretizou com a omissão de uma resposta da Senhora Presidente da Câmara relativamente ao fundo de financiamento das empresas do Concelho de Ponta Delgada no valor de cem mil euro, resposta, esta, que foi dada, tendo a Senhora Presidente da Câmara dito na altura que não caberia à Câmara apoiar empresas mas sim associações culturais. Relativamente à circulação dos mini-bus ao fim-de-semana, a Senhora Deputada prosseguiu dizendo que, quanto a este ponto, a Senhora Presidente da Câmara foi clara ao dizer que não valia a pena este transporte circular ao fim-de-semana, e tal resposta não consta da acta. Por fim, solicitou que fosse feita adenda à acta sobre este assunto.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Ricardo Cabral para perguntar o motivo pelo qual as actas não são escritas no âmbito do acordo ortográfico.

O Senhor Presidente da Mesa referiu que é uma opção e que, a título pessoal, se fosse sua opção, não se teria aderido ao referido acordo.

Não havendo mais pedidos de intervenção foi a acta a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com os votos a favor do PSD, BE, Santa Clara Vida Nova e contra do PS, com exceção da vogal Maria da Conceição Monteiro, por não ter estado presente na mesma.

Período Antes da Ordem do Dia

Após, foi dada a palavra à Senhora Deputada Vera Pires para leitura de voto de saudação pelo 25 de Abril de 1974.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Jorge Macedo para referir que o PSD não se associa ao voto apresentado por não concordar com o parágrafo em que o mesmo refere que muitas das conquistas se perderam ou foram desvirtuadas, facto com o qual discordam, pois a voz do povo e o voto livre não pode ser entendido nunca como um desvirtuar dos motivos da luta do 25 de Abril.

Não havendo pedidos de intervenção, foi o voto de saudação a votação, tendo o mesmo sido rejeitado, com os votos contra do PSD, abstenção do PS e votos favoráveis do BE e Santa Clara Vida Nova. Este voto encontra-se anexo à acta.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para declaração de voto para reiterar que o sentido do voto de saudação do BE em nada contesta a decisão soberana dos eleitores deste país, referindo-se, apenas, à política actual do Governo, pelo que o PSD poderá ter interpretado erradamente o sentido de voto.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Jorge Macedo para referir que os argumentos apresentados na declaração de voto dão ainda mais ênfase à discordância do PSD para com o voto apresentado, sublinhando-se, assim, o voto contra.

Após, pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para leitura de voto de saudação pelo 1º de Maio.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Jorge Macedo para referir que o PSD votará contra, por considerar que o voto apresentado não procura consensos e que assume uma postura contra o Governo Central actual e as políticas do mesmos.

Não havendo mais pedidos de intervenção foi o voto de saudação a votação, tendo o mesmo sido rejeitado com os votos contra do PSD, 0e favoráveis do PS, BE e Santa Clara Vida Nova.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para leitura de voto de pesar pelo falecimento de Miguel Portas.

Não havendo pedidos de intervenção foi o voto de pesar a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Em seguida, pediu a palavra a Senhora Deputada Piedade Lalanda para leitura de voto de saudação por 38 anos de Liberdade, desde o 25 de Abril de 1974.

Não havendo pedidos de intervenção foi o voto de pesar a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Maria José Duarte para leitura de voto de congratulação pela atribuição do prémio do Comité Europa Nostra ao Organeiro Dinarte Machado.

Não havendo pedidos de intervenção foi o voto de pesar a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Manuel Campos para leitura de voto de protesto relativamente à leitura do anuário dos Municípios Portugueses por parte da Senhora Presidente da Câmara Berta Cabral.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Jorge Macedo para dizer que o PSD vota contra o voto apresentado, pois considera que o mesmo é falacioso, pois, obviamente, disse, a Senhora Presidente da Câmara apenas foi indagada sobre o facto do Município de Ponta Delgada estar em 1º lugar no anuário dos Técnicos Oficiais de Contas sobre os municípios portugueses, tendo a mesma assumido que as contas daquele não estavam correctas, não obstante,

prosseguiu o Senhor Deputado, a mesma não se poder responsabilizar pelo anuário, até por desconhecer os valores dos outros municípios. Finalizou dizendo que o PS parece que se regozija com notícias negativas sobre este Município.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Piedade Lalanda para elucidar que em apenas um dos indicadores do anuário em causa figura a Câmara Municipal de Ponta Delgada como 1º lugar. Referiu, ainda, que a Senhora Presidente de Câmara, tem formação e experiência para perceber que os números do anuário estavam errados, até porque os valores de Ponta Delgada foram dados pela própria edilidade. Realçou, ainda, que há itens do referido anuário onde Ponta Delgada não consta e, isso sim, é preocupante, pois são pontos de avaliação de questões essenciais para os munícipes. Assim, concluiu dizendo que o voto de protesto prende-se com o que o PS considera ter sido uma falta de lealdade por parte da Senhora Presidente da Câmara, por apenas retirar o que interessou do anuário, transmitindo aos munícipes uma imagem que não é a correcta sobre os reais valores de Ponta Delgada.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Pedro Medina que começou por dizer que o PP já teve oportunidade de criticar publicamente a postura da Senhora Presidente da Câmara quando comentou o referido ranking do anuário, por considerar a mesma demasiado efusiva na parte positiva e contida na parte negativa do anuário. Ainda assim, informou que o PP se irá abster por discordar do tom mais agressivo, do ponto de vista político e pessoal, do voto em causa, apenas concordando com o objectivo do voto que é o protesto

Pediu a palavra o Senhor Deputado Manuel Campos, que começou por dizer que reconhecem e são sempre a favor do reconhecimento e do êxito, mas que quando os mesmos não existem não os podem reconhecer.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Jorge Macedo que o PS tem de ser mais convincente para demonstrar que ficam satisfeitos com os êxitos deste executivo camarário, pois não foi isso que demonstraram.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Sérgio Ávila para realçar que não pode a Senhora Presidente da Câmara reconhecer um erro do anuário, pois o mesmo não lhe é imputável, deste modo, considera que tal invalida o voto de protesto apresentado.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para dar ênfase ao objecto do anuário em causa, referindo que a Senhora Presidente da Câmara tinha plena noção da questão colocada pela jornalista da RTP Açores, pelo que respondeu claramente sabendo a responsabilidade da sua resposta.

Pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro para criticar o tom da discussão e do voto, por considerar que o mesmo assume uma postura e ataque a uma pessoa. Neste sentido, prosseguiu, transmite que o PS parece que ficaria mais satisfeito se Ponta Delgada tivesse ficado no fim do ranking.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que, em defesa da honra, começou por dizer que a sua intervenção sobre este assunto esteve relacionada com uma pergunta da Agência Lusa, sem que a Senhora Presidente tivesse ainda consultado o anuário, limitando-se a reagir à questão sobre o facto de Ponta Delgada estar em 1º lugar do ranking. Neste sentido, disse que as contas de Ponta Delgada estão correctas e são transparentes, o que teve um erro foram os cálculos efectuados no anuário e que os seus responsáveis lamentaram o sucedido e pediram desculpa, mas que isso nada se pode relacionar com o facto de, efectivamente, as contas da Câmara Municipal de Ponta Delgada estarem certas, não podendo este executivo assumir os erros dos outros.

Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o voto de protesto a votação, tendo o mesmo sido rejeitado por maioria, com os votos contra do PSD, abstenção do PP e a favor do PS, BE e Santa Clara Vida Nova.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Piedade Lalanda para declaração de voto, realçando que no voto de protesto não foram colocadas em causa as

contas da Câmara Municipal de Ponta Delgada, mas sim o facto de a resposta da Senhora Presidente da Câmara de Ponta Delgada dada à jornalista não assumir que o indicador apresentado não era o correcto. Finalizou dizendo que o PS não se congratula com os municípios socialistas do ranking, pois o propósito desta discussão é somente o Município de Ponta Delgada.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Jorge Macedo para realçar que este assunto foi escrutinado na comunicação social e que o PS pareceu demonstrar satisfação pelo facto de Ponta Delgada, afinal, não estar no pódio do ranking do referido anuário.

Em seguida, pediu a palavra a Senhora Deputada Helena Costa para leitura de voto de saudação pelo 25 de Abril.

Não havendo pedidos de intervenção foi o voto de saudação a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. Este voto encontra-se anexo a esta acta.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Cláudio Almeida para leitura de voto de congratulação pela XXV Semana Académica da Universidade dos Açores.

Pediu a palavra o Senhor Deputado André Carvalho para referir que o PS se associa ao voto de congratulação estando, no entanto, em desacordo com a referência que o voto faz às dificuldades do mercado de trabalho, facto que todos assumem mas que não faz sentido que conste num voto que se quer festivo.

Em seguida, o Senhor Presidente da Mesa colocou à disposição para leitura a correspondência recebida e deu por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia e decretou quinze minutos de intervalo.

Período da Ordem do Dia

Em seguida, o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara para apresentação da actividade camarária relativamente aos últimos dois meses.

PONTO 1 – APRESENTAÇÃO DA ACTIVIDADE CAMARÁRIA

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara para a apresentação, com suporte de *Power Point*, do relatório de actividades da Câmara Municipal de Ponta Delgada e dos SMAS e relatório financeiro.

Este documento encontra-se anexo a esta acta.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Piedade Lalanda para questionar relativamente à divisão da Acção Social e ao estudo realizado sobre os sem-abrigo em Ponta Delgada. Assim, perguntou que conclusões se retiraram do referido estudo. Quanto à habitação degradada, questionou qual o montante aplicado nas ajudas dadas nesta área. Relativamente à Divisão de Obras, a Senhora Deputada perguntou quanto ao início das obras e ao financiamento do Museu da Arte Contemporânea, e à referência aos fundos comunitários que a Senhora Presidente da Câmara sempre fez como sendo utilizados para esta obra.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para indagar sobre o tema hortas urbanas, pois em Outubro, no portal *online* da Câmara, foi publicitada a intenção de iniciar um projecto-piloto de hortas urbanas na Freguesia de São Roque. Assim, questionou quanto aos moldes em que funcionará ou se pretende que funcione tal projecto.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Marco Silva para realçar a atribuição de diplomas de reconhecimento municipal às associações socioprofissionais da cidade de Ponta Delgada, demonstrando a importância da sociedade civil.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau. Começou por perguntar relativamente à situação dos semáforos de Ponta Delgada, considerando que os mesmos, com bastante frequência, deixam de funcionar em vários locais da cidade. Relembrou, ainda, que se mantem por responder uma questão que colocou em sessão anterior quanto ao pagamento do mini-bus, e que a Senhora Presidente da Câmara disse que ia verificar com a tesouraria. Em terceiro, solicitou que a Senhora Presidente da Câmara diga qual o seu entendimento relativo ao corte dos cargos de dirigentes em 14% e, ainda, qual a sua opinião sobre a portaria aprovada pelo Governo da República que vem pedir às Câmaras e Juntas de Freguesias mais 5% do IMI de 2011, retirando-lhes, assim, mais receita.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que começou por dizer que, em relação ao estudo sobre os sem-abrigo, o mesmo ainda se encontra a ser trabalhado pela Acção Social, não tendo informação agora para providenciar, pois o estudo ainda está em curso. Quanto à habitação degradada, esclareceu que ainda estão em curso projectos, não sendo possível quantificar, ainda, os apoios atribuídos. Relativamente ao Museu da Arte Contemporânea, ainda não foi candidato a fundos comunitários, pois a obra ainda não foi candidata, estando, agora, na fase de projecto. No que concerne o tema das hortas urbanas, esclareceu que as mesmas já avançaram no Bairro do Peixe Assado e que, em breve, irão avançar noutros locais. Quanto à questão relativa aos semáforos, a Senhora Presidente da Câmara informou que irá ser lançado concurso para manutenção e/ou substituição de equipamento. No que toca à questão dos mini-bus, informou que fez chegar uma comunicação escrita ao partido socialista com mais detalhes, e que poderá remeter esta informação para a Senhora Deputada Sónia Nicolau, que solicitou o esclarecimento. Quanto ao corte dos cargos de dirigentes em 14%, referiu que a Câmara Municipal de Ponta Delgada cumprirá o que for determinado e quando a legislação for aprovada. Sobre os 5% do IMI, esclareceu que o executivo camarário não concorda com esta percentagem, referindo, no entanto, que aguardam conclusão das negociações entre a Associação de Municípios e o Ministério das Finanças.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Helena Costa que fez uso da palavra para enaltecer a importância do estudo relativo aos sem-abrigo, sendo o mesmo pioneiro.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para solicitar esclarecimento quanto ao assunto do corte dos cargos de dirigentes em 14%, concretamente por achar que, sendo esta percentagem superior à prevista pelo memorando da troika, caber à Senhora Presidente da Câmara um papel mais activo na defesa dos trabalhadores.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para solicitar que seja disponibilizado o documento relativo ao Plano de Actividades de Sensibilização Ambiental para 2012.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que começou por dizer que o Plano poderá ser disponibilizado. Finalizou dando nota de que estão a realizar obras em moradia na Rua dos Manaias, para providenciar melhores condições para os sem-abrigo poderem comer refeições que lhes são providenciadas.

PONTO 2 – CIDADE EM ACÇÃO – SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS, S.A. – CLASSIFICAÇÃO DE PRÉDIOS COMO DE INTERESSE MUNICIPAL

Foi presente o ofício n.º 4204, datado de 24 de Fevereiro do ano em curso, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o processo sobre o assunto designado em epígrafe para efeitos de aprovação.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que explicou tratar-se de conjunto de prédios que integram o Parque Urbano e que necessitam ser considerados de interesse municipal para ficarem isentos de pagamento de IMI e poderem integrar o complexo público que é o Parque Urbano.

Não havendo pedidos de intervenção foi o Ponto 2 a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com efeitos imediatos.

PONTO 3 – DOAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO E AFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL – AVENIDA DAS COMUNIDADES AÇORIANAS, FREGUESIA DE SÃO PEDRO

Foi presente o ofício n.º 4846, datado de 7 de Março do ano em curso, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o processo sobre o assunto designado em epígrafe para efeitos de aprovação, em conformidade com a alínea b) do n.º4 do artigo 53º da Lei n.º169/99 de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que explicou tratar-se de integração de parcela de terreno ao domínio público municipal.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Piedade Lalanda para perguntar em que termos a doação deste espaço foi feita.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que explicou que há sempre cedências de espaços públicos em operações de loteamento e que, neste caso, foi para vias.

Não havendo mais pedidos de intervenção foi o Ponto 3 a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com efeitos imediatos.

PONTO 4 – DESAFETAÇÕES DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE DUAS PARCELAS DE TERRENO, NAS FREGUESIAS DE FAJÃ DE CIMA E LIVRAMENTO

Foi presente o ofício n.º 4852, datado de 7 de Março do ano em curso, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o processo sobre o assunto designado em epígrafe para efeitos de aprovação, em conformidade com a alínea b) do n.º4 do artigo 53º da Lei n.º169/99 de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que explicou que duas das parcelas em causa são necessárias para domínio privado do município para a construção de um merendário e que o outro terreno se trata de um terreno para loteamento, tratando-se de um procedimento normal nestas situações.

Não havendo pedidos de intervenção foi o Ponto 4 a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com efeitos imediatos.

PONTO 5 – AFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DA PARCELA UM E DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DA PARCELA DOIS, FREGUESIA DE FAJÃ DE BAIXO.

Foi presente o ofício n.º 4959, datado de 7 de Março do ano em curso, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o processo sobre o assunto designado em epígrafe para efeitos de aprovação, em conformidade com a alínea b) do n.º4 do artigo 53º da Lei n.º169/99 de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que explicou tratar-se de permuta entre duas parcelas, sendo uma de um privado para ceder ao município, par alargamento de uma via, sendo permutado com outra parcela, que tem de ser desafectada do domínio público e agregada ao privado.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Piedade Lalanda para questionar sobre o facto do proprietário do terreno requerer por parte da Câmara a remoção de um bebedouro e construção de um muro. Neste sentido, indagou sobre o valor patrimonial e histórico de tal bebedouro, nada constando sobre o mesmo no documento apresentado sobre este ponto da agenda.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que explicou que o bebedouro em causa não tem valor de relevo e que, caso seja necessário, providenciará com mais informações sobre o mesmo.

Não havendo mais pedidos de intervenção foi o Ponto 5 a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Piedade Lalanda para declaração de voto, justificando que embora o PS vote favoravelmente, não pode concordar com a última intervenção da Senhora Presidente da Câmara pois um bem edificado do Concelho só pode ser demolido perante avaliação de que não tem valor patrimonial, e neste caso, ao que parece, não houve esta preocupação.

PONTO 6 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E TRANSFERÊNCIA DE VERBA PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE MOSTEIROS – LIMPEZA DA PRAIA, ZONA DOS CANEIROS E EDIFÍCIOS BALNEARES

Foi presente o ofício n.º 5387, datado de 13 de Março do ano em curso, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o processo sobre o assunto designado em epígrafe para efeitos de aprovação, em conformidade com a alínea s) do n.º2 do artigo 53º da Lei n.º169/99 de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que explicou tratar-se de protocolo, semelhante aos dos anos anteriores.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau que fez uso da palavra para dizer que o protocolo refere que a transferência de verba será processada até ao fim do corrente ano, facto que não se compadece com a necessidade de fazer face às despesas da época balnear. Aproveitou, ainda, para perguntar se será feito algum protocolo semelhante em São Vicente e no Livramento, freguesias onde também há zonas balneares.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que explicou que será cumprido o pagamento dentro do prazo. Em relação a São Vicente e Livramento, o trabalho é feito directamente pela Câmara Municipal, não sendo, assim, necessário a concretização de um protocolo.

Não havendo mais pedidos de intervenção foi o Ponto 6 a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com efeitos imediatos.

PONTO 7 – PROJETO DE FUSÃO POR INCORPORAÇÃO EM COLISEU MICAELENSE – SOCIEDADE DE PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS, SOCIAIS E RECREATIVOS, S.A. DA ANIMA CULTURA – SOCIEDADE DE CONCEPÇÃO E GESTÃO DE PROJECTOS DE ANIMAÇÃO SÓCIO TURÍSTICA, UNIPESSOAL, LDA.

Foi presente o ofício n.º 84, datado de 17 do corrente mês, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o processo sobre o assunto designado em epígrafe para efeitos de aprovação, em conformidade com a alínea a) do n.º6 do artigo 64º da Lei n.º169/99 de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que explicou tratar-se de propor a aprovação do projecto de fusão por incorporação, tal como já fora realizado pela fusão de duas empresas: Parque Urbano e pela Cidade em Acção.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Isabel Rodrigues que começou por dizer que apenas se recorda de duas reuniões camarárias para a discussão deste assunto, solicitando quantificação das vantagens económicas e financeiras com esta fusão. Perguntou, ainda, se foi feita a avaliação de planos para garantir a redução de custos operacionais de 15% relativo a 2009. Finalizou perguntando como fica a nova direção da empresa de fusão.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que explicou que a fusão é feita por incorporação do capital do ANIMA em reservas, medida que o ROC considerou mais adequada, nada alterando do ponto de vista prático a fusão, apenas contabilisticamente. Quanto às vantagens da fusão, esclareceu que permitirá maior flexibilização de utilização dos recursos de ambas as empresa, mantendo-se o conselho de administração da actual empresa Coliseu Micaelense.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sonia Nicolau que começou por dizer que gostava que fosse facultado nas actas o modo como é feita esta integração de empresa, para que o cidadão possa consultar esta informação. Finalizou reformulando a sua questão relativa à reforma do sector local e se foi antecipada uma redução de custos em 15%, conforme se prevê.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que elencou os sócios do Conselho de Administração da empresa Coliseu Micaelense. Quanto à antecipação da aplicação do memorando de reforma do sector local, informou que o mesmo não se aplica directamente, pelo que, a fazê-lo, será por entenderem que deverá ser feito com o propósito de redução de custos e não apenas por se cumprir um memorando. Esclareceu, ainda, que o Revisor Oficial de Contas entendeu mais adequado contabilizar a integração do capital em reservas e não no aumento do capital.

Não havendo mais pedidos de intervenção foi o Ponto 7 aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD, PP. BE e Santa Clara Vida Nova e abstenção do PS, com efeitos imediatos.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para declaração de voto justificando o voto favorável pelas razões apresentadas de complementaridade de acitvidade e redução de custos e meios, não obstante, salienta que foi este executivo quem criou estas empresas em separado inicialmente.

PONTO 8 – PROPOSTA DE SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

Foi presente o ofício n.º 7848, datado de 7 do corrente mês, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o processo sobre o assunto designado em epígrafe para efeitos de aprovação, em conformidade com a alínea b) do n.º2 do artº 100º do Dec.-Lei n.º46/2009, de 20 de Fevereiro.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que explicou tratar-se da necessidade de dar satisfação sobretudo aos empresários agrícolas que

querem construir instalações com área de superfície superior a 1500m2 nos seus terrenos agrícolas.

Não havendo pedidos de intervenção foi o Ponto 8 a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD, PS, BE e Santa Clara Vida Nova, com abstenção do PP, com efeitos imediatos.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para declaração de voto, para deixar registado que o PS tem defendido a necessidade de desbloquear os constrangimentos do PDM para permitir investimentos nas explorações agrícolas, registando com agrado esta tomada de posição do executivo camarário.

PONTO 9 – SMAS – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTES AO ANO DE 2011

Foi presente o ofício n.º 7815, datado de 16 do corrente mês, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o processo de prestação de contas de 2011 dos Serviços Municipalizados, bem como a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício, para apreciação e votação em conformidade com a alínea c) do n.º2 do artº 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º5-A/2002 de 11 de Janeiro.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que apresentou o relatório com recurso ao suporte *Power Point*, bem como a prestação de contas e inventário de 2011, a votar no Ponto 10.

Em seguida, o Senhor Presidente da Mesa procedeu à leitura de parecer favorável do Revisor Oficial de Contas relativo ao Relatório de gestão e ao Relatório de Consolidação de Contas.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Piedade Lalanda para indagar a Senhora Presidente da Câmara sobre as referências que a mesma fez quanto ao de facto de a redução na receitas dos SMAS dever-se a falta de fundos comunitários, tendo em conta que houve uma verba transferida dos SMAS para

a Câmara Municipal. Abordou, ainda, o facto de se referir que não há receitas nos SMAS, o que não é propriamente verdade pois há receita que é a que vem do contributo dos munícipes. Finalizou dizendo que continua a haver uma tarifa que a Câmara insiste em não criar, que é a tarifa industrial, pois as indústrias continuam a pagar a água como se fosse consumo doméstico.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Pedro Medina para questionar o Presidente da Mesa sobre se no Parecer do ROC há alguma referência ao referido pela Senhora Deputada Piedade Lalanda ou se não consta qualquer referência.

O Senhor Presidente da Mesa facultou ao Senhor Deputado o relatório para leitura.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que começou por referir que a verba dos SMAS transferida para a Câmara é saldo que será transferido para receita da Câmara apenas em 2012, podendo, aí, os SMAS, candidatar-se a fundos comunitários. Quanto às tarifas industriais, explicou que a questão colocada refere-se a uma indústria em concreto, que é a da empresa Melo Abreu, reportando-se não ao pagamento da tarifa da água mas sim ao pagamento de resíduos. Neste sentido, explicou que já houve negociação entre a Melo Abreu e os SMAS e foi-lhe reduzido o valor a pagar, tendo em conta o facto de não colocarem grande parte da água para a rede de saneamento.

Não havendo pedidos de intervenção foi o Ponto 9 a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD e abstenção do PS, PP, BE e Santa Clara Vida Nova, com efeitos imediatos.

PONTO 10 – PRESTAÇÃO DE CONTAS E INVENTÁRIO DO ANO DE 2011 DO MUNICÍPIO DE PONTA DELGADA

Foi presente o ofício n.º 7822, datado de 16 do corrente mês, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação e ainda os documentos de prestação de contas do ano de 2011, individual e consolidadas e a proposta de

aplicação do resultado líquido do exercício da Câmara Municipal, para apreciação e votação em conformidade com a alínea c) do n.º2 do artº 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro e Dec.-Lei nº54-A/2002, de 22 de Fevereiro – POCAL e suas alterações.

Foi dada a palavra à Senhora Deputada Piedade Lalanda que começou por dizer que o texto introdutório do relatório de contas não tem qualquer relação directa com as contas apresentadas em seguida. Prosseguiu dizendo que a área do serviço de informação geográfica é a única que merece elogios pelo trabalho que tem desenvolvido, não se conhecendo o investimento directo e a evolução dos resultados de outras áreas, nomeadamente a das funções sociais. Perguntou, ainda, que valores de fundos comunitários estão previstos.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau que começou por questionar quanto ao loteamento das Feteiras e ao modo como será feita a sua ocupação. Perguntou, ainda, quanto ao contrato de arrendamento das instalações dos Estaleiros Municipais e ao seu valor. Indagou, ainda, quanto ao recurso a uma linha de crédito por parte da Câmara Municipal para pagamento de facturas, concretamente quanto a uma situação de um fornecedor, com serviço fornecido em Maio de 2009, e cujo pagamento, um ano depois, ainda não havia sido efectuado. Perguntou, também, quanto à Polícia Municipal e ao orçamento anual afecto à mesma.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sara Medeiros que começou por dizer que a redução de custos de pessoal não foi mérito camarário, mas foi resultado do corte com os subsídios de férias e Natal realizados no âmbito nacional. Solicitou, ainda, esclarecimento quanto a um valor que consta do balanço e que não constava no ano passado.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Cláudio Almeida para congratular o executivo camarário pelo trabalho que tem feito pelo Concelho de Ponta Delgada, lamentando a postura negativa e de ataque do Partido Socialista.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que começou por explicar que o loteamento das Feteiras é de custos controlados, cabendo à empresa construtora realizar a venda dos imóveis. Quanto ao arrendamento dos estaleiros municipais referiu que era 25 mil euros por mês, estando agora a rondar os 26 mil euros. Relativamente à linha de crédito Linha Açores Empresa 2 informou que em Maio não tinham facturas para poder concorrer, havendo necessidade de esperar. Disse, ainda, que a linha está a ser paga de acordo com o plano de pagamentos. Quanto ao prazo médio de pagamentos, referiu que, de acordo com os dados a que tem acesso, a Câmara Municipal de Ponta Delgada aparece com um prazo médio de pagamento no 2º trimestre de 2011, o ultimo disponível, de 39 dias. Quanto à redução dos custos com pessoal, elucidou que houve alguma redução ao nível de pagamentos de subsídios, mas que o principal factor foi a redução de custos de pagamento de horas extraordinárias, com muito esforço por parte de todos os envolvidos. Finalizou dizendo que, em relação ao fundos comunitários para 2012, Ponta Delgada tem 24 milhões de euros disponíveis. Finalizou que o orçamento da Polícia Municipal está integrado no orçamento da Câmara.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Hermínio Miranda para congratular quem elaborou o relatório, por considerar que o mesmo está bem redigido e completo e que reflete uma actuação responsável por parte do executivo, pois com a redução da receita houve uma preocupação de reduzir a despesa. Finalizou dizendo que se as contas do país estivessem como as deste Concelho não teríamos a palavra troika no nosso léxico.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sara Medeiros que fez uso da palavra para proceder à leitura de uma parte do relatório relativo a encargos vencidos e não liquidados a fornecedores, fazendo referência a que só uma pequena parte destes encargos tem prazo de pagamento inferior a 90 dias e todos os outros têm prazo superior.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sónia Nicolau para voltar a sublinhar o direito a saber quanto custa à Câmara Municipal a Polícia Municipal, pois em nenhum documento se consegue retirar esta informação.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Piedade Lalanda para reforçar que o que questionou não é uma questão de opinião pessoal, mas sim o direito de saber quais os gastos em várias das áreas, particularmente em funções sociais e culturais, que não estão explanados no relatório. Prosseguiu dizendo que esta informação não é fornecida, pois as empresas municipais não constam do relatório.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que começou por dizer que a entidade correcta para medir a média de prazo para pagamento a fornecedores é a que mantém como referência. Disse, ainda, que as contas das empresas municipais vão à Câmara Municipal, tal como é obrigatório por lei, e que nenhuma das empresas dá prejuízo, sendo que as suas actividades se realizam com transferência de verbas da câmara municipal para cada uma das empresas municipais, e o relatório reflete estas transferências. Em relação à questão sobre a Polícia Municipal, informou que, embora o relatório não descrimine, poderá fazer, através de mecanismos de aproximação, um pedido aos serviços para aferir este valor.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Jorge Macedo para dizer que desde o início desta Assembleia Municipal de hoje o PS optou por trazer à discussão casos de menor importância, nunca tendo sido apresentada solução alternativa à actuação da Câmara Municipal. Prosseguiu dizendo que no poder local é um mérito podermos olhar para contas equilibradas como as do Município de Ponta Delgada.

Não havendo pedidos de intervenção foi o Ponto 10 a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD, abstenção do PP, BE e Santa Clara Vida Nova e contra do PS.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Sara Medeiros para leitura da declaração de voto, justificando o voto contra do PS pelo facto de os indicadores mostrados estarem longe de garantir um desenvolvimento integrado para o Concelho. Prosseguiu realçando os valores em dívida para com os

fornecedores, fazendo referência ao facto de a Linha de Crédito lançada pelo Governo Regional dos Açores acabou por ser uma salvaguarda para este orçamento. Disse, ainda, que a autarquia tem agravado a sua situação, sendo Ponta Delgada, actualmente, uma cidade triste, com centro histórico votado ao abandono, idosos sem apoio, empresas sem alternativas e um comércio tradicional em crise, com falta de intervenção planeada e estratégica. Prosseguiu indagando sobre o que foi feito para criação de emprego e referindo que Ponta Delgada não está em boas mãos. (Anexa-se a declaração de voto completa do PS, que por ser extensa não se transcreveu na integra nesta acta).

Pediu a palavra o Senhor Deputado Jorge Macedo para declaração de voto, fazendo uso da palavra para lamentar o modo pouco democrático como o PS utilizou a figura regimental da declaração de voto, fazendo, não debate, mas sim cobardia política.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Fátima Moreira para declaração de voto, justificando o voto favorável pelo facto de as contas apresentadas serem favoráveis. Quanto ao voto do PS, sugeriu que a Senhora Deputada Sara Medeiros se candidatasse a uma Junta de Freguesia para perceber como tudo funciona.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Isabel Rodrigues para perguntar ao Senhor Presidente da Mesa para informar qual a disposição do regimento desta Assembleia sobre a qual a Senhora Presidente da Câmara vai usar da palavra.

O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara para defesa da honra, referindo que foi dada a oportunidade a todas as bancadas para exercerem o direito da palavra sobre as contas da Câmara durante o debate, tendo o PS escolhido fazê-lo utilizando a figura da declaração de voto, demonstrando a incapacidade de argumentar contra as contas deste Município.

A Senhora Deputada Piedade Lalanda fez interpelação à mesa, dizendo que o regimento desta Assembleia não prevê que se reaja à declaração feita em defesa da honra, lamentando que não esteja a ser cumprido o regimento.
Neste momento, toda a bancada socialista se retirou da sala e abandonou a sessão da Assembleia Municipal.

Na sequência do sucedido pediu a palavra o Senhor Deputado Marco Silva para solicitar à Mesa a verificação do quórum, solicitando ainda que tal constasse em acta.

Face a este acontecimento o Senhor Presidente da Mesa mandou proceder à verificação do número de presenças de modo a confirmar a existência de quórum, o que se concretizou, com a presença de 31 vogais.

PONTO 11 – SMAS – 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA E DA RECEITA PARA 2012 E 1ª REVISÃO AO PPI PARA 2012/2015

Foi presente o ofício n.º 7777, datado de 16 do corrente mês, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o processo sobre o assunto designado em epígrafe para efeitos de aprovação, em conformidade com a alínea b) do n.º2 do artº 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei .nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro.

PONTO 12 – 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA PARA 2012 E 2ª REVISÃO AO PPI – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Foi presente o ofício n.º 7810, datado de 16 do corrente mês, da Câmara Municipal de Ponta Delgada, enviando o processo sobre o assunto designado em epígrafe para efeitos de aprovação, em conformidade com a alínea b) do n.º2 do artº 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei .nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro.

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara que explicou ambos os Pontos, referindo tratar-se de aplicação do saldo de gerência, distribuindo por vários projectos para integrarem o orçamento de 2012.

Não havendo pedidos de intervenção foi o Ponto 11 a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD e abstenção de PP, BE e Santa Clara Vida Nova.
Não havendo pedidos de intervenção foi o Ponto 12 a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD e abstenção de PP, BE e Santa Clara Vida Nova.

Não havendo mais qualquer assunto a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas dezanove horas e trinta minutos da qual se elaborou a presente acta que foi aprovada por e que eu, como primeiro Secretário da mesa, redigi, lavrei e subscrevi.